



Carta da Grande Leopoldina

O Sistema Único de Saúde (SUS) representa um grande avanço na concepção das políticas sociais no Brasil, idealizado para atender a todas as pessoas, com qualidade e de operacionalização ajustável às demandas e necessidades específicas dos territórios. Seu alcance universal e público, de organicidade regionalizada e participativa, tem recebido elogios em importantes fóruns nacionais e internacionais. Instituído com a participação dos movimentos sociais, iniciados ainda no contexto da ditadura civil-militar que se instaurou no nosso país, o SUS se apresenta como um ativo do povo brasileiro.

Desde sua promulgação legal, o SUS é constantemente infligido por ataques ao seu funcionamento e financiamento. Grupos de interesses ligados ao Capital Financeiro Internacional se alinham aos entreguistas de plantão em nosso país para enfraquecer o caráter público, e por conseguinte, inviabilizar o SUS como política pública.

Se não bastasse o racismo legado pela escravidão historicamente presente, a infame tradição autoritária alinhada a um processo permanente de extermínios dos pobres em nossa cultura política, o genocídio da juventude negra nos centros urbanos, dos povos originários e da população do Campo e das Florestas, a brutal desigualdade social marcada pela forte concentração de renda, o patriarcado e o sexismo que oprime as mulheres, a LGBTQIA+fobia que alija e mata física e simbolicamente, temos, em nossos dias, outras tragédias como o avanço do garimpo ilegal e do desmatamento em nossas florestas, o recrudescimento das violências de Estado (em especial da Policial), o avanço das milícias e dos “poderes paralelos” contra o povo, o retorno da inflação, o crescente desemprego e a precarização do trabalho, o congelamento officioso dos salários, a retórica da morte como ideologia, a ampliação do cenário de fome junto aos cidadãos, dentre outros eventos presentes na vida pública, estão a adoecer nossa população.

No parlamento, bancadas da *bala*, dos *bancos*, do *boi* (agronegócio) e de parlamentares que *usam a bíblia contra o povo* sustentam leis e políticas adoecedoras, num processo que se acirrou após o Golpe de 2016. Constata-se o desmonte dos direitos sociais garantidos na Carta Constitucional nas falaciosas reformas trabalhista e previdenciária, bem como na Emenda Constitucional do “fim do mundo” que depois do Golpe de 2016 o congresso congelaria por 20 anos investimentos públicos importantes, inclusive para o setor saúde e políticas de seguridade social. Por outro lado, o orçamento estatal e a política econômica têm sido organizados de modo a priorizar mais dinheiro para os banqueiros, especuladores financeiros e capital internacional, acirrando as desigualdades sociais e o empobrecimento de grande parte de nossa população.



Evocamos a participação popular num amplo redesenho civilizatório de nossa nação para enfrentar o avanço da barbárie, colocando a vida em primeiro lugar em todas as políticas, com a inviolabilidade do Direito a Saúde e garantia do Sistema Único de Saúde democrático, descentralizado, gerido com base técnica e soberania popular, incluindo outros saberes e práticas curativas para além da biomedicina, de modo a constituirmos uma ação equânime que contemple em qualidade e no acesso os grupos populacionais historicamente vulnerabilizados em nosso país.

Deste modo, reafirmamos nossa posição em defesa da vida, da democracia e do SUS, exigindo:

- 1- A imediata revogação da Emenda Constitucional 95 (Teto dos Gastos);
- 2- A adequação e cumprimento dos orçamentos (Federal, Estadual e Municipal) que garanta o SUS operar com qualidade e equidade;
- 3- A revogação da Portaria Ministerial que trata das “Comunidades Terapêuticas”;
- 4- O fim das Organizações Sociais nas Unidades Públicas de Saúde simultâneo ao investimento em gestão pública;
- 5- A convocação imediata da lista de espera dos concursos realizados e a realização de Novos Concursos Públicos na área da Saúde;
- 6- A criação de novas instâncias de participação popular, como conselhos de gestão intersetorial e territorial em prol do bem viver;
- 7- A adequação da legislação que regulamenta os Conselhos de Saúde, garantindo acesso à orçamento, de modo a ampliar a participação dos cidadãos;
- 8- O aperfeiçoamento da legislação que regulamenta os Conselhos Distritais de Saúde da Cidade do Rio de Janeiro de modo a instituir um processo de re-territorialização;
- 9- A implementação de mecanismos legais que possibilitem a institucionalização de orçamentos participativos em saúde na Cidade do Rio de Janeiro a partir dos Conselhos Distritais;
- 10- A readequação dos processos de trabalho das ESF de modo a aprimorar o acolhimento e as Visitas Domiciliares, instituindo processos formativos e de educação em saúde permanente de modo a contribuir para uma formação profissional que desenvolva o perfil adequado para o SUS.



11- A incorporação dos Hospitais Militares e dos hospitais universitários na Rede SUS, de forma que os leitos destes hospitais sejam regulados pelo SUS na proporção do investimento estatal naquele hospital;

12- A ampliação dos serviços do NASF e dos Consultórios de Rua para garantir o atendimento da demanda existente da população em situação de rua e dependentes químicos ao atendimento de saúde;

13- A ampliação da interação áreas educacionais e de saúde para trabalhar no SISVAN (sistema de vigilância alimentar e de nutrição);

14- A criação de processos democráticos para a escolha de gerência das Clínicas da Família, inclusive com a participação da população do território;

15- O fortalecimento e investimento da vigilância popular em saúde;

16- A efetivação dos ACS do município do Rio de Janeiro enquanto Servidores Públicos;

17- A suspensão imediata do pacote da destruição (PL do fim do licenciamento ambiental (PL 2.159/2021); PL da grilagem (PL 2.633/20 e 510/21) - legalização de terras "invadidas", PL do veneno (PL 6.299/2002) - inserção de mais de 1500 substâncias agrotóxicas e mudando o nome para pesticida).

18- Uma maior atenção do SUS ao processo de envelhecimento da população.

Rio de Janeiro, 16 de julho de 2022.

Participantes da I Conferência Livre, Democrática e Popular da Saúde da Grande Leopoldina